

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMPAM FEVEREIRO DE 2022

ATA Reunião Ordinária Fevereiro-2022

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte dois às quatorze horas (14h), por meio do aplicativo de reuniões MEET, reuniram-se em caráter ordinário os membros do **COMPAM**, seguindo a ordem do dia:

- a) Verificação de quórum
- b) Informes
- d) Aprovação da ATA da reunião extraordinária de novembro e reunião ordinária de Dezembro
- e) Leitura de Expedientes
- c) Pauta:

1. Criação e composição das Câmaras Temáticas:

- a) Gestão territorial/áreas úmidas – Proposição: SINDUSCON.
- b) Pontal da Barra/Laranjal – Proposição: CIPEL.
- c) Mudanças Climáticas – Proposição: CEA.
- d) Educação Ambiental – Proposição: GAEC.
- e) Câmara de Gestão da Biodiversidade ou Conservação do Patrimônio Genético – Proposição: Fundação Tupahuê.

2. Relatório Anual da Qualidade Ambiental do Município de Pelotas – RAMB 2020 – complementações.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

Havendo quórum, a Secretaria-Executiva, Camila Ferreira, identificou a presença das 34 que compõem o Conselho, conforme lista de presença (ausente: SDR, SANEP, Arpa-Sul e Rede Bem da Terra).

INFORMES

- Troca da titularidade da Associação Parque Una, saída da Gabriele e entrada do Otávio.
- Proposição do IFSul para a criação da câmara jurídica.
- Solicitação do CEA para deliberação em reunião extraordinária de pautas como: parque urbano do pepino, pontal da barra, degradação, peixes anuais, mudanças climáticas, políticas para banhados, recursos e etc.
- Reunião da câmara do fundo onde foi escolhida a Lorena, representante do SOS Animais, como coordenadora.
- Próximo coordenador do COMPAM é o Secretário Municipal de Qualidade Ambiental, Eduardo Daudt Schaefer.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DE NOVEMBRO E DA REUNIÃO ORDINARIA DE DEZEMBRO DE 2021

- Foram recebidas complementações da conselheira Silvia, que foram respondidas no presente dia.
- Conselheiro Soler se abstém da votação por não ter lido as ATAS.
- Conselheiro Alexandre fala que por ter encaminhado tardiamente um recurso para inserção da fala do IFSul e como não leu a nova ATA se abstém.
- Não tendo manifestações contrárias, as ATAS foram aprovadas com duas abstenções.

LEITURA DE EXPEDIENTE

– Conselheira Silvia afirma que a UFPel encaminhou 3 e-mails para o COMPAM. Um dos e-mails se relaciona com o tema das câmaras temáticas que foi lido na íntegra.

PAUTA:

1. Criação e composição das Câmaras Temáticas:

51
52 **Conselheiro Bazanella da SDETI** passa a palavra para o conselheiro do CEA, proponente da câmara
53 temática de mudanças climáticas, para que o mesmo faça a defesa da criação dessa câmara. Informa que
54 primeiramente será votado a criação das câmaras em pauta e depois será realizado e indicação e votação da
55 composição das câmaras temáticas.

56 **Conselheiro Alexandre do IFSul** questiona sobre as outras câmaras que estavam na convocatória para a
57 reunião.

58 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que as outras já foram criadas restando apenas a indicação e
59 votação para a composição das mesmas.

60 **Conselheiro Soler do CEA** afirma que no entendimento do CEA as câmaras já se encontravam aprovadas,
61 mesmo assim discorre novamente sobre a importância da criação da câmara temática de mudanças
62 climáticas. Aborda sobre questões como a falta de água que afeta diretamente as atividades humanas. Falou
63 sobre a importância da preservação da Amazônia e dos Pampas mais específico do estado do Rio Grande do
64 Sul. Falou também da participação do Governo do Rio Grande do Sul na COP e vê que o conselho deve dar
65 sua contribuição para o tema voltado para a área de Pelotas.

66 **Conselheiro Bazanella da SDETI** pergunta se algum conselheiro deseja se manifestar sobre o tema.

67 **Conselheira Marisa do CAU-RS** salienta a importância dessa câmara temática devido ao tema ser
68 abrangente e é importante o debate dentro do município sobre como diminuir a degradação ambiental e os
69 cuidados com os recursos naturais de Pelotas.

70 **Conselheiro Bazanella da SDETI** ao perguntar se tem mais inscritos e o quórum ficar em silêncio solicita
71 que a secretária Camila inicie o chamamento para a votação desta câmara temática.

72 **Conselheiro Soler do CEA** sugere que seja feita uma votação como a da ATA visto a ausência de polêmicas
73 e debates a cerca desta câmara temática.

74 **Conselheiro Bazanella da SDETI** diz que a questão da ATA é diferente pois todos tinham conhecimento
75 prévio.

76 **Secretaria Camila** abre a votação. Câmara criada com votação unânime dos presentes na reunião (33
77 votos).

78 **Conselheiro Bazanella da SDETI** convoca o conselheiro do GAEC para a defesa sobre a criação da câmara
79 temática de Educação Ambiental com o tempo de 5 minutos.

80 **Conselheira Daniela do GAEC** salienta a importância da criação da câmara técnica de educação
81 ambiental como parte de um planejamento de projeto e ações para atingir de forma teórica e prática
82 a demanda da conscientização da população sobre as práticas ambientais nas mais variadas
83 temáticas e paralelo a qualificação técnica nas várias temáticas que compõe o escopo do
84 COMPAM. Isso pode ser trabalhando em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação para
85 trabalhar esses projetos e ações nas escolas e comunidade. Falou sobre a importância da educação
86 ambiental para economia e sociedade.

87 **Conselheiro Bazanella da SDETI** abre para a discussão e como ninguém se manifestou foi aberta a
88 votação.

89 **Secretária Camila** abre a votação. Câmara criada com votação unânime.

90 **Conselheiro Bazanella da SDETI** convoca o conselheiro do Tupahuê para defender a criação da câmara
91 temática de Gestão da Biodiversidade ou Conservação do Patrimônio Genético em 5 minutos.

92 **Conselheiro Giovanni da Tupahuê** afirma que essa câmara parte de uma necessidade interna da fundação e
93 como o ressurgimento de uma extinta câmara do COMPAM que tinha o nome de patrimônio genético que
94 era composta pelo GEEPA e pela Tupahuê. Essa câmara busca fechar lacunas nas câmaras presentes no
95 COMPAM por tratar do conceito técnico de biodiversidade, sendo mais transversal e estruturante. Envolve o
96 patrimônio genético e visa salvaguardar os ecossistemas que tem esse patrimônio genético. A nível mundial
97 os países presam pela preservação desse patrimônio genético. Essa câmara visa não deixar descoberto um
98 tema tão importante.

99 **Conselheiro Bazanella da SDETI** abre para a discussão da criação da câmara proposta pela fundação
100 Tupahuê. Sem manifestações ele pede para que a secretária Camila abra a votação.

101 **Secretária Camila** abre a votação. Câmara criada com votação unânime (34 votos).

102 **Conselheiro Bazanella da SDETI** da sequência a pauta 1 da reunião com a composição das câmaras
103 temáticas e sugere que seja iniciada pela composição da câmara do pontal da barra. Pede para que as pessoas
104 que queiram participar se inscrevam e depois seja colocado em votação.

105 **Conselheira Silvia da UFPel** diz que ficou acordado na última ATA que o Sinduscon, proponente da câmara
106 temática de gestão territorial ficou de fazer sua defesa nessa reunião após a adequação das sugestões
107 realizadas na última reunião.

- 108 **Conselheiro Bazanella da SDETI** questiona ao conselheiro Pedro do Sinduscon se as alterações já estão
109 prontas para realizar a nova defesa.
- 110 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** afirma que pode fazer a apresentação que versa sobre um ajuste sugerido
111 pela conselheira Lilian da OAB com relação ao nome da câmara.
- 112 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que a mudança do nome foi sugerida em novembro e que na última
113 reunião ficou sugerido a melhoria e adequação do objeto da câmara temática.
- 114 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** informa que o nome da câmara foi mudado para análise territorial e áreas
115 úmidas. Ela tem 4 pontos principais em seu escopo. O primeiro deles é a necessidade do COMPAM
116 conhecer e analisar profundamente o espaço territorial e ambiental do município. O segundo ponto foi o
117 estudo de áreas úmidas e proposição de parâmetros para licenciamento para auxiliar as SQA no
118 licenciamento de áreas úmidas. O terceiro ponto seria do estudo das AEIANs bem como a adequação do
119 mapa bem como gerir instituir o georreferenciamento das áreas de AEIANs visto as diferenças de
120 entendimento do PDDU de 2018. O quarto ponto é a análise de processos que requerem dúvidas da SQA.
121 Sugere que seja avaliado a efetividade dos trabalhos dessa câmara por três anos e se for efetivo que seja
122 renovado por igual período.
- 123 **Conselheiro Bazanella da SDETI** abre o momento para manifestações acerca da câmara temática proposta
124 pelo Sinduscon.
- 125 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que acompanha pelo COMPAM a questão das áreas da AEIAN e
126 questiona ao conselheiro Pedro do Sinduscon sobre o nome.
- 127 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** afirma que o nome fica à disposição dos conselheiros para sugestões e
128 adequações, mas que a ideia seria análise territorial e áreas úmidas.
- 129 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que o termo territorial é muito abrangente e não se restringe a espaço
130 físico. Versa também sobre a questão das áreas úmidas e fala que até mesmo sobre a fala anterior do
131 conselheiro fica embutido, mas faz uma ressalva que está no nome da câmara a questão das áreas úmidas
132 resume muito pois existem áreas verdes, áreas secas, e não se pode pensar só no âmbito urbano, mas também
133 no rural. Portanto ela continua não concordando com esse título.
- 134 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** questiona se a conselheira Silvia teria uma sugestão para nome dessa
135 câmara técnica.
- 136 **Conselheira Silvia da UFPel** diz que gostaria de saber por que da alteração pois tinha uma câmara temática
137 para preservação das AEIANs. Sugere, portanto, o nome Gestão Territorial da AEIANs e talvez mudando
138 para gestão territorial ficaria mais amplo.
- 139 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** concorda com ela e afirma que fará a adequação novamente.
- 140 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que o conselho abrange todo território e não distingue áreas
141 urbanas e rurais.
- 142 **Conselheiro Osvaldo da ACP** fala sobre a questão de sempre colocar o capital como vilão e deveria
143 entender que o capital por assim dizer é um aliado da preservação ambiental, visto que preservar o meio
144 ambiente tem custo. Afirma que a palavra gestão no caso dessa câmara técnica se aplica bem por ser algo
145 amplo e assim não limita a câmara técnica.
- 146 **Conselheira Marisa do CAU** afirma que ainda enxerga a câmara técnica com um trabalho muito amplo.
147 Afirma também que só o trabalho de remapear AEIANs será um trabalho enorme e ainda cuidar dos
148 processos polêmicos para auxiliar a SQA. Em sua visão esses processos deveriam ser vistos por outra
149 câmara temática. Diz também que não pode esquecer dos acordos feitos pelo país que não é apenas preservar
150 o que ainda existe, mas também recuperar algumas áreas e criar áreas de proteção. Portanto não vê por que a
151 mesma câmara cuidar de processos ambientais e fazer o remapeamento.
- 152 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que a questão de processos, a seu ver, não seria nessa câmara o
153 debate.
- 154 **Conselheira Lilian da OAB** diz que concorda que a câmara queira ajudar a dirimir os problemas criados
155 devido aos mapeamentos ocorridos em 2018 com participação da SQA que foi feito pelo CONPLAD. Ela se
156 sente desconfortável pois quando se aprova uma lei ela é votada e seus trâmites ficam registrados, diz que
157 fazer aporte para licenciamentos da SQA como proposto no quarto ponto é arriscado e vai de encontro a lei
158 sancionada. Sobre as diretrizes diz que resoluções foram aprovadas recentemente. Quanto as AEIANs ela
159 acredita que o COMPAM põe fazer contribuições e acredita que o COMPAM não deve se envolver com a
160 questão de gestão territorial pois já existe outro conselho para essa área. Vês essa câmara como algo que visa
161 consertar erros passados. Afirma que precisa ainda construir algo mais conciso para contribuição e não para
162 sanar ou resolver problemas do órgão competente para isso.
- 163 **Conselheiro Júlio do SINDAPEL** afirma que já passou muito trabalho a cerca desse tema e achou
164 interessante esse assunto quando o Sinduscon propôs a criação dessa temática. Afirma que a legislação não é

165 condizente com o mapa, um está indo de encontro com o outro, causando problemas para a prefeitura e
166 quem quer empreender. Pelo seu julgamento acredita que a câmara técnica poderia sim analisar as questões
167 trabalhadas e abordadas na SQA e vê que nesse ponto a câmara técnica pode atuar com grande relevância. E
168 mesmo assim sabe-se que o conselho não tem poder de alterar nada.

169 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que está muito claro que o Sinduscon não criou mas propôs a criação
170 da câmara. Ela roga ao Siduscon que reveja os pontos levantados pela Conselheira Lilian da OAB e
171 aconselha que seja retirado de todo a proposta pois ela não tem fundamento e afirma que de acordo com o
172 artigo 4 do regimento do COMPAM essa câmara não funcionará. Afirma também que de nenhuma forma
173 uma câmara temática do COMPAM que faça avaliação e finalize um processo. Reitera que parece descabido
174 que uma entidade como o Sinduscon faça acontecer uma situação que diminua o caráter técnico do pessoal
175 da SQA. Registra que caso venha a acontecer essa câmara temática que seja dada continuidade as questões
176 das áreas úmidas.

177 **Conselheiro Júlio da Embrapa** afirma que a preocupação dele com relação as áreas úmidas sobre o
178 conceito abordado na legislação que é muito mais social do que técnico e esse é um conceito perigoso.
179 Acredita que deve ser definido o que vai ser tratado como área úmida no município de Pelotas e assim não
180 ultrapassar limites de outros órgãos e não haver conflito legal com esses órgãos.

181 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** afirma ser interessante as falas das conselheiras Lilian e Silvia, mas
182 discorda das colocações quanto a não necessidade da câmara, ele enxerga nas falas das conselheiras como se
183 elas fossem a voz da SQA, afirma que existe uma grande diferença entre a teoria e a prática quando se
184 aprova uma lei como o PDDU que passa por diversas discussões e que resultaram em alterações e essas
185 alterações não foram condenadas com transparência. Afirma que o resultado do mapa usado no município é
186 uma colcha de retalhos que nem mesmo a SQA conhece bem os conceitos definidos nesse mapa causando
187 dúvidas entre os próprios técnicos nos seus pareceres e que, portanto, essa câmara é exatamente para tratar
188 desse ponto, então quando se fala que já houve ou haverá mudança de lei e outra série de coisas e que isso já
189 é caso passado fica uma diferença clara entre teoria e prática, na prática existe sim dificuldades de
190 licenciamento e diversas dúvidas que precisam ser dirimidas. Da mesma forma que o conselheiro Júlio
191 Centeno comentou da “abrangência” do conceito mais social do que técnico de áreas úmidas, existe também
192 por definição essas outras áreas ambientais, portanto a proposta da comissão é trazer mais discussão técnica
193 para haver alinhamento de conceitos e posição dos motivos por que determinadas áreas são AEIANs e
194 demais pontos para aprofundar o debate. Afirma que hoje no mapa das AEIANs observa-se linhas retas e
195 áreas sobrepostas o que é um absurdo e que existem problemas e sugere que a SQA se manifestasse sobre as
196 dificuldades desse tema.

197 **Conselheiro Giovanni da Tupahuê** afirma pensar que ao entender sobre as falas expressas sugere que a
198 discussão das AEIANs é bem importante, inclusive a redução e inclusão estudando-se cada caso, e a
199 atribuição de conceitos novos e mais amplos na delimitação dessas AEIANs, mas essa discussão deve ser
200 feita sob o ponto de vista do COMPAM, ou seja, rediscutir as AEIANs dentro do ponto de vista das
201 atribuições do COMPAM para que seja gerada uma proposta para que seja feita uma análise e aprovação do
202 plenário, e isso não teria sobreposição com o CONPLAD, fazendo uma discussão do ponto de vista técnico e
203 ambiental, não terá peso mas terá endosso. Ele acha que essa câmara deveria ser mais enxugada e delimitada
204 com relação as AEIANs e deixando nítida a separação com as atribuições do CONPLAD. Portanto sugere
205 realizar esse recorte. Lembra que a própria câmara aprovada sobre biodiversidade também deverá discutir
206 esse tema das áreas úmidas.

207 **Conselheiro Soler do CEA** afirma que o COMPAM não pode se eximir do debate, mas que a questão é em
208 como esse debate vai se dar, o debate é positivo e sempre será, acredita que deverá ser clareado alguns
209 aspectos pois as legislações não são confusas e nem tão pouco o mapa mencionado e nem há conflitos entre
210 o mapa e o que está no texto das leis, mas o que há são interesses contrariados e que não entendem por que
211 aquela regra pode estar do jeito que esta e isso é legítimo, mas que deve ser debatido o porquê que há esse
212 conflito, coloca como exemplo de quando há divergência de regra aplica-se a mais restritiva isso está
213 consagrada na jurisprudência ambiental, se fala em conclusão quem é leigo em direito ambiental. Sobre a
214 questão das AEIANs deve ser debatida e o COMPAM não pode ficar omissos da discussão. Afirma que o
215 Brasil tem um comitê nacional de zonas úmidas onde o CEA participava e a EMBRAPA também. Afirma
216 que as câmaras técnicas não decidem nada, que elas são uma ferramenta de auxílio para o plenário, ela vai
217 analisar e vai reencaminhar ao plenário e cabe a ele aceitar ou não. Fala que outro conceito a ser debatido é o
218 conceito de área consolidada, conceito super artificial e questionável e que deve ser debatido. Afirma que
219 não há problema em pensar diferente e que deve ser legitimado os diversos interesses com relação as
220 AEIANs por meio das câmaras temáticas.



- 222 **Conselheiro Bazanella da SDETI** reafirma o artigo quatro do COMPAM que define as deliberações do
223 conselho.
- 224 **Conselheiro Osvaldo da ACP** afirma que parece que o debate e a dialética justificam por si a câmara
225 técnica proposta visto que há várias visões e que a câmara técnica seria como um suporte para esse debate e
226 que as falas do conselheiro a seu ver dá suporte para a provação da câmara proposta pelo Sinduscon.
- 227 **Conselheira Silvia da UFPel** discorda do conselheiro Osvaldo quando o mesmo disse que todas as falas
228 anteriores dão suporte a proposta do Sinduscon, que houve um problema de compreensão.
- 229 **Conselheiro Osvaldo da ACP** afirma que não houve problema de compreensão e que na visão dele
230 corroboram sim.
- 231 **Conselheiro Leonel do SRP** afirma que foi muito o proveitoso o debate sobre a criação dessa câmara e
232 parabeniza o conselheiro Soler pelas suas colocações e que democraticamente ocorreu o debate. Nenhuma
233 das câmaras que foram ou virão a ser formadas poderão deliberar alguma coisa, quem tem esse poder é o
234 plenário, portanto acha plausível que o debate continue e que a criação dessa câmara dará suporte para mais
235 debates no sentido de construir. Vê colocações pontuais dos conselheiros e propõe que seja colocado em
236 votação para que avance.
- 237 **Conselheiro Rul da AEAP** afirma que sempre que se fala em áreas úmidas é conflituoso. Ele concorda com
238 o conselheiro Júlio Centeno que áreas úmidas é uma definição ampla e com certeza o nome em si da câmara
239 simplificará o trabalho da câmara técnica e concorda com o nome de “gestão de AEIANS” tendo em vista
240 que o COMPAM já atuou junto ao tema de georreferenciamento e geoprocessamento de outras áreas em
241 momentos anteriores. Ele afirma entender que o COMPAM não mudará a lei, mas que o conselho pode
242 estudar e propor alternativas para pacificar o problema do ponto de vista ambiental e acredita que é essa
243 parte do escopo que não ficou clara. Que existe um processo e que nada será feito a revelia.
- 244 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que ao parecer dela que em todas as falas anteriores ao conselheiro
245 Osvaldo, que tentou sintetizar o assunto de maneira indevida no seu entender, parece que está surgindo uma
246 proposta diferente do que foi falado pelos conselheiros e que a maioria dos manifestantes se posicionou
247 contrária a proposta. Coloca também que não é a primeira vez que ela é cortada ou rejeitada verbalmente.
- 248 **Conselheiro Bazanella da SDETI** pede desculpas se foi indelicado, mas todos precisam serem ouvidos e
249 que na questão democrática tão defendida pelo conselho ninguém precisam desconstituir os argumentos de
250 ninguém.
- 251 **Conselheira Lilian da OAB** versa sobre alguns mapas que passaram pelo COMPAM a pedido do
252 CONPLAD terem sido alterados sem conhecimento do COMPAM, como dito em algumas falas, exemplifica
253 que o COMPAM tem meramente a função de contribuir e que a gestão é de função do CONPLAD, mas que
254 se feriam tanto assim dessa forma a ponto de desqualificar a ajuda do COMPAM o que pode ser feito é que
255 solicite esclarecimentos dessas mudanças e que seja enviado para avaliação e que o COMPAM não pode
256 inferir numa secretaria que não o compete.
- 257 **Conselheiro Alexandre IFSul** apela para que não seja desconsiderado a proposta colocada pelo Sinduscon
258 que vem trazendo insistentemente essa questão que hoje vem atuando através dessa proposta. Concorda com
259 outros que antecederam sem desqualificar qualquer interesse que haja aqui no conselho e que para ele o
260 problema está na nomenclatura e na amplitude dessa nomenclatura abarcando os objetivos apresentados pelo
261 Sinduscon e fica o questionamento se não teriam extinguido uma câmara para recriá-la de novo. Portanto
262 reitera que o centro da discussão é sobre o tema e o objeto de estudo, será das AEIANS? Ou envolverá outras
263 áreas? E que a nomenclatura deve ser pertinente ao trabalho do COMPAM. Acredita ser melhor que o
264 Sinduscon revesse a questão do nome, como já havia inclusive pedido ajuda.
- 265 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que a seu entender a grande maioria deseja que a câmara seja
266 criada mesmo com a discordância do nome e pensa que a própria comissão ao ser criada essa câmara e que
267 na próxima reunião, ao ser constituída, tragam para o plenário o nome para a câmara.
- 268 **Conselheiro Alexandre da UFPel** questiona ao conselheiro Pedro e a Conselheira Lilian se, como ela havia
269 dito na reunião eu se prontificaria em conversar com ele e redefinir o nome da câmara, chegou a ser feito
270 isso.
- 271 **Conselheira Lilian da OAB** afirma que não foi conversado, que aguardou e o contato e não ocorreu.
- 272 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** afirma que não.
- 273 **Conselheiro Alexandre do IFSul** propõe que os mesmos façam isso.
- 274 **Conselheira Lilian da OAB** afirma que a maioria das divergências não é apenas sobre o nome, mas sobre o
275 desvio do objeto da câmara técnica, a especificidade e aconselha a pensar numa câmara técnica que atenda
276 ao regimento que é a questão ambiental e não colocaria em votação isso nesse momento.

277 **Conselheiro Bazanella da SDETI** pergunta ao conselheiro Pedro se ele deseja conversar mais com a
278 conselheira Lilian e trazer essas observações para a próxima reunião.

279 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** afirma que todos os conselheiros que se pronunciaram levantaram pontos
280 relevantes para o desenvolvimento da câmara técnica e que acredita ser mais prudente conversar com os
281 colegas e formatar e deixar mais transparente a proposta.

282 **Conselheira Lilian da OAB** afirma que o tema é tão importante que surge esses diferentes pontos de vista e
283 que deve ser estudado e que como conselheiros devem pedir esclarecimentos ao poder executivo com
284 relação às mudanças apontadas visto que o COMPAM é o órgão máximo da política ambiental do município
285 porque os mapas aprovados pelo conselho foram alterados e cobrar essas justificativas. Afirma que houve
286 justificativas que nas renovações das licenças ambientais os mapas que foram alterados em 2018 e 2019, e,
287 portanto, as pessoas não puderam mais renovar suas licenças por conta das restrições das AEIANS, isso
288 aconteceu de forma errada pois existe um dispositivo dentro que permite que o órgão ambiental delibere
289 sobre áreas que foram anteriormente consolidadas. Afirma que a câmara técnica não pode perpassar os
290 limites do poder executivo e atropelar as instâncias.

291 **Conselheiro Bazanella da SDETI** questiona se o conselheiro Pedro concorda em retirar a proposta nesse
292 momento e apresentá-la posteriormente. Reitera que foram criadas várias câmaras com temáticas
293 abrangentes e que esse não pode ser o motivo da recusa pela câmara proposta pelo Sinduscon, porém
294 acredita que esse debate foi importante e considera um avanço no tema. Pelo avançar da hora passa para os
295 assuntos gerais.

296 **Conselheiro Soler do CEA** afirma que gostaria que a apreciação do requerimento para uma reunião
297 extraordinária solicitado por escrito fosse colocado em debate pelo plenário não só por não terem feito a
298 reunião de janeiro, mas também por vê por vários pontos que não foram vencidos na pauta de hoje
299 acumulando pautas e seria propício uma extraordinária.

300 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que é importante essa solicitação, mas sugere que a data e demais
301 tratativas seja feita na reunião de março devido ao período de retorno de muitos dos membros para as suas
302 atividades.

303 **Conselheiro Soler do CEA** propõe que seja aprovado hoje a reunião extraordinária para março já que
304 fevereiro é dificultoso e na reunião de março defina-se a data.

305 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que não vê problema.

306 **Conselheiro Henrique da ADUFPel** afirma que devido às votações realizadas nesta reunião propõe que
307 poderá fazer um levantamento agora se pode fazer a extraordinária em fevereiro ou março.

308 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que pode colocar em votação e pede para secretária Camila abra a
309 votação.

310 **Secretária Camila** Notifica que antes da votação a conselheira Lorena tenha a palavra concedida.

311 **Conselheira Lorena da SOS Animais** informa e solicita que ocorreu a reunião em dezembro da câmara do
312 fundo onde participaram cinco conselheiros e pede a atenção do grupo para aprovação da ATA para que
313 passe para os demais conselheiros o que foi tratado nessa reunião da câmara do fundo, foi a reunião
314 inaugural.

315 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que pelo regulamento do COMPAM a reunião extraordinária só
316 pode ser chamada pela coordenação ou pela prefeita e subsequente a uma reunião ordinária e como será para
317 março pede desculpas aos conselheiros, mas a definição sobre essa reunião ficará para a reunião ordinária de
318 março.

319 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que há um erro de interpretação e que a reunião extraordinária pode
320 sim ser chamada e aprovada pelo plenário e nem precisa ser convocada para a data de fevereiro se for
321 aprovada hoje.

322 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma ser uma discussão inapta e que é melhor decidir isso na próxima
323 reunião.

324 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma ser contrária a essa tratativa.

325 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma diz que não concorda com isso e que houve um avanço nessa
326 reunião inclusive em concordar com uma extraordinária.

327 **Conselheiro Júlio da EMBRAPA** afirma que o conselho precisa realizar uma autocrítica, pois algumas
328 pessoas estão sendo muito prolixas e falando repetidamente e que o conselho tem que sem mais objetivos
329 visto que não participam apenas dessa comissão e que não podem fazer reuniões extraordinárias o tempo
330 inteiros por problemas do próprio conselho e dos conselheiros serem prolixos demais. Pede que todos



331 meditem sobre suas atuações nessa comissão. Sugere que mantenha a reunião ordinária e que sejam mais
332 eficientes nas reuniões.

333 **Conselheiro Bazanella da SDETI** agradece a presença de todos e pelo bom encaminhamento da reunião.

334 **Conselheiro Jone STICAP** afirma ser estranho a colocação pois deseja ouvir a opinião de todos os
335 conselheiros e que tem que andar rápido e que acha conflitante ocorrer uma tentativa de paralização das
336 atividades do conselho até março e quando há reunião o pessoal não pode debater ou se expressar e quando é
337 conveniente tranca as reuniões por dois três meses, afirma que não é especialista e que deseja ouvir a todos.

338 **Conselheiro Bazanella da SDETI** afirma que não deseja e nem pode fazer juízo de valor sobre a fala de
339 nenhum dos conselheiros, e que hoje foi dado a palavra para muitos membros presentes e que o debate foi
340 proveitoso e que os pontos levantados servem para realizar os ajustes.

341 **Conselheiro Soler do CEA** afirma ser importante a decisão de realizar a reunião extraordinária em março e
342 assim recuperar a de janeiro. Também acha que todos tem o direito de se manifestarem e isso é garantido por
343 lei, mas não é admitido que as intervenções sejam feitas para julgar a intervenção de outro conselheiro
344 porque todos são conselheiros no mesmo nível de obrigação e direitos e ninguém está acima, nem mesmo a
345 coordenação está num patamar superior no nível hierárquico.

346 **Conselheiro Henrique da ADUFPel** afirma que não disse que a reunião foi improdutiva, mas ela não
347 cumpriu toda pauta ocasionando o atraso. Justifica-se assim a reunião extraordinária. Reitera que a proposta
348 seja votar se a reunião da extraordinária seja em fevereiro e assim finalizar a pauta de hoje que não foi
349 concluída. Mas não vê problema em ser em março desde que aconteça.

350 Nada mais havendo foi encerrada a reunião. Após a ratificação da presente ATA, assinam os coordenadores
351 abaixo descritos. Por fim, todos os presentes foram informados que a reunião foi gravada. Para acesso a
352 gravação e a ATA da reunião os conselheiros e demais interessados poderão localizar junto ao sítio após
353 a publicação. - <http://www.pelotas.com.br/servicos/meio-ambiente> -

Pelotas, 07 de fevereiro de 2022.

Coordenação do COMPAM

Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA

Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação –
SDETI

SINDAPEL

Sindicato Rural de Pelotas – SRP

Secretaria Executiva

355

356

357

358

359